



Prefeitura Municipal Mucambo



JUSTIFICATIVA DA DISPENSA, RAZÃO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA DE POSTES, CALÇADAS, PISOS, BANCOS E LETRAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO/CE.

O **MUNICÍPIO DE MUCAMBO**, inscrito no CNPJ Nº 11.413.562/0001-83, com sede à **Av. Construtor Gonçalo Vidal, S/N - Centro, Mucambo – CE**, através da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo neste ato representado Sr. Cleylton da Costa Sobrinho, ordenador de despesas, por intermédio do Agente de Contratação de sua Equipe de Apoio, necessita adquirir os serviços mencionados no objeto acima mencionado:

1. JUSTIFICATIVA DA DISPENSA: BASE LEGAL: Art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Nota-se que o valor da contratação é inferior ao limite determinado para dispensa de licitação para execução dos serviços, e que um processo licitatório seria muito mais oneroso para a Administração Pública. A lei autoriza a contratação direta quando o valor envolvido for de pequena relevância econômica para se iniciar um processo licitatório.

Assim sendo atendido o disposto nos artigos 75, inciso I, 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), apresentamos a presente Justificativa para ratificação.

2. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

A empresa escolhida neste processo para sacramentar a contratação pretendidos, foi: **F S C DE VASCONCELOS LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 38.400.695/0001-71, com sede na Rua Poeta Lauro Menezes, nº 878, andar 1, centro, da cidade de Tianguá, estado do Ceará, que apresentou o **MENOR PREÇO** entre as propostas apresentadas no valor de **R\$ 67.587,96 (sessenta e sete mil quinhentos e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos)**.

Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços as quais seguem anexo as cotações, apresentado preços compatíveis com os praticados no mercado. Bem como foi dado publicidade via aviso de dispensa de licitação na forma prevista no art. 75, § 3º da Lei 14.133/21.

A Execução da Obra ou Serviço de Engenharia disponibilizado pela contratada supracitada é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando está vinculada apenas à verificação do critério do menor preço e qualificação técnica.

3. DAS COTAÇÕES E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

No processo em epígrafe, restou comprovado ser o menor preço de mercado praticado com a Administração.

O valor proposto no menor orçamento enquadra-se no disposto no art. 75, anexo ainda estimativas de despesas, seja pela cotações anexas nos termos art. 72, inc. I da 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas.



Prefeitura Municipal Mucambo



De acordo com a Lei n. 14.133/2021 (Nova Lei de Licita es), após a cota o,   optado no presente processo o critério menor preço, conforme critérios de julgamentos previsto no art. 33, inc. I da Lei n.14.133/2021, assim verificado o menor preço, adjudica-se o serviço àquele que a devida habilita o jurídica, não deixando de se observar a regularidade fiscal. Destacando ainda que encontram-se atendidos ainda o disposto no art. 75 da Lei n.14.133/2021, *in verbis*:

  1  Para fins de aferi o dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo, deverão se observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contrata es no mesmo ramo de atividade.

Em rela o ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administra o adquiri-lo sem qualquer afronta   lei de regência dos certames licitatórios.

4. DA HABILITA O JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para contrata o, a Administra o tem o dever de verificar os requisitos de habilita o estabelecidos no art. 62 e seguintes, em especial o art. 68 da Lei n.14.133/2021, *in verbis*:

Art. 68. As habilita es fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verifica o dos seguintes requisitos:

I - a inscri o no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscri o no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa   Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho; e

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7  da Constitui o Federal.

Resta deixar consignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilita o jurídica e regularidade fiscal.

5. DA CARTA CONTRATO – MINUTA

Visando instruir a Dispensa de Licita o do Processo Administrativo em epígrafe, definindo claramente as obriga es das partes, esta Secretaria junta aos autos a Carta Contrato – Minuta.

6. CONCLUSÃO

Em rela o aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administra o adquiri-lo sem qualquer afronta   lei de regência dos certames licitatórios.

Do acima exposto, inobstante o interesse em contratar a referida empresa,   decisão discricionária do



Prefeitura Municipal Mucambo



Gestor optar pela contrata o ou não, ante a criteriosa análise da Auditoria Interna e Jurídica de toda a documenta o acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

Assim, submeto a presente justificativa ao Secretário de saúde nos termos do art. 72, inc. VIII da Lei n. 14.133/2021.

Mucambo/CE, 21 de junho de 2024.

Francisco Orecio de Almeida Aguiar
Agente de Contrata o